

10º CON **Sintufrj** FASUBRA CUT

DÉCIMO CONGRESSO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - DE 8 A 10 DE JUNHO DE 2010

Caderno de Teses

Sintufrj FASUBRA CUT
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO





BASE AGORA E SEMPRE

POR UM SINTUFRJ LIVRE DO GOVERNISMO POR UM SINTUFRJ GUIADO PELA BASE

“O que você faz, fala tão alto que não se escuta aquilo que você diz”.
Ralph Waldo Emerson

■ CONJUNTURA NACIONAL

As várias denúncias dos mensalões do PSDB, PT e DEM são um exemplo de como as negociatas de grupos econômicos facilitam o enriquecimento de grupos políticos e revelam o lado cruel de uma política que não está a serviço da maioria do povo.

No nosso dia-a-dia o que vemos é uma população que sofre com a falta de serviços públicos de qualidade, como nos hospitais, escolas, transportes e segurança mais o eterno problema de moradia. Uma pequena parte de verbas é destinada aos “programas sociais” do governo, enquanto bilhões de recursos públicos deixam de ser investidos na educação e são desviados para o pagamento dos juros e encargos da dívida pública ou para os investimentos privados como os 160 bilhões de reais que foram destinados aos banqueiros.

Não é disso que precisamos, precisamos sim é de um planejamento econômico estratégico que garanta a distribuição de renda, o aumento da tributação dos mais ricos e redução da tributação dos mais pobres e dos trabalhadores, com maior controle do uso do dinheiro público.

Embora os estudos do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) indiquem que o Estado brasileiro atualmente não tem excesso de pessoal, o Senado Federal aprovou o PL 549/2009 que prevê na Lei de Responsabi-

lidade Fiscal o congelamento dos salários do funcionalismo federal até 2019 e impede a realização de novos concursos.

Em 1995, o governo gastava em torno de R\$ 50 bilhões com pagamento para especuladores e credores das dívidas interna e externa. No mesmo ano, o gasto com o funcionalismo era um pouco menos que isso.

Já, em 2009, quase ao fim do segundo mandato de Lula, o gasto com o pagamento das dívidas interna e externa explodiu espantosamente, atingindo a incrível cifra de quase R\$ 380 bilhões. Neste mesmo período, pasmem, os gastos com pessoal do serviço público não chegaram a R\$ 165 bilhões.

Ou seja, no período de 1995-2009, enquanto os gastos com pagamento de banqueiros e agiotas (dívida pública) aumentou em mais de 8 vezes, os gastos com pessoal aumentou apenas 3,5 vezes.

Essa situação torna-se ainda mais dramática se considerarmos que a população aumentou significativamente neste período, exigindo ainda mais investimentos em prestação de serviços. Ou seja, as medidas dos governos Fernando Henrique e Lula trouxeram muitos prejuízos à população e grandes benefícios aos já poderosos empresários, banqueiros e latifundiários.

■ UNIVERSIDADE DO HAMBÚRGUER

Um dos melhores exemplos do que seja Ensino Superior no Projeto Neoliberal – A Universidade do Hambúrguer. Diferentemente do que sugere o nome, os alunos não aprendem a colocar o picles no pão ou a quantidade certa de mostarda que vai ao sanduíche, mas, sim, têm aulas de técnicas gerências da rede McDonalds.

E é nisso ou “supermercado pedagógico” que querem transformar as universidades brasileiras.

Tudo feito em nome de interesses econômicos da necessidade premente de expansão do mercado capitalista. E a liberação de um mercado educacional bilionário.

O resultado só não é mais danoso por conta da forte resistência por parte dos movimentos sociais ainda na época da Ditadura Militar.

■ UNIVERSIDADE E GOVERNO LULA

É falsa a afirmativa que aqui se inicia uma nova etapa para Universidade Pública. Na realidade o que se assiste é que aqui se completa o processo de reforma neoliberal que percorre a Universidade Brasileira desde o início da década de 90. Persiste aqui a mesma lógica e o mesmo referencial político-ideológico da própria reforma neoliberal da Universidade Brasileira desenvolvida na década de 90, que é aprofundada pelo atual Go-

verno através de instrumentos como:

PROUNI – Decreto de Inovação Tecnológica, Sistema de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) - Avaliação pautada em Produtividade aos moldes do Projeto Neoliberal, Projeto de Parceria Público-Privado (PPP) - O projeto reduz sensivelmente o papel do Estado, além de dar excesso de garantias ao setor privado, se opondo aos interesses públicos e ao princípio constitucional da transparência. Constitui efetivamente uma proposta de investimento de capital sem risco, de acordo com os ditames do FMI;

PROUNI. Trata-se da compra de vagas no ensino privado, estendendo isenções para todas as empresas privadas de educação. No fundo, isso atende aos interesses do setor privado, pois este passa a vender seu excedente de vagas; a população carente é que acaba sendo jogada para um ensino superior de qualidade mais baixa.

Essa é a atuação mais desastrosa do governo em relação ao ensino superior. Se esses recursos que não virão devido às isenções, aliados a uma diminuição do superávit primário, fossem utilizados corretamente, haveria condições de abrir muito mais vagas do que as que foram criadas pelo ProUni no ensino superior público. As vagas sobressalentes do setor privado não correspondem à mesma coisa que novas vagas em uma universidade pública, uma vez que a educação não é mercadoria e o conceito de educação que se tem em instituições privadas é dife-



BASE AGORA E SEMPRE

rente daquele do setor público, que envolve a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e instituição. No setor privado, são pouquíssimas as instituições que trabalham nessa perspectiva – visando apenas o lucro.

Decreto de Inovação Tecnológica, que afronta tudo o que temos defendido historicamente em relação à pesquisa nas instituições de ensino superior. Uma inovação é necessária, mas as indústrias é que têm que investir nisso. Com a lei, começa-se a ocupar a universidade pública com esse trabalho, introduzindo estímulos para que isso aconteça, aumentando salários ou deixando o pesquisador desenvolver uma inovação por meio de empresa própria. É um estímulo para que o profissional desenvolva um produto e o comercialize por fora, ao invés de fixá-lo na instituição.

Veja, o governo Lula não reverteu nossa posição subalterna na economia mundial. As nações dominantes no mundo têm uma política, em relação aos países da periferia, de manter essa estrutura de dominação, e peça importante nesse objetivo é dominar a ciência e a tecnologia, impedindo que nações subalternas avancem nesses campos.

E mais recentemente:

PAC/PL 01 – limitador de despesas no serviço público, bem mais “perverso” que a própria Lei de Responsabilidade Fiscal.

Fundação Estatal de Direito Privado - como o próprio nome já diz: privatização dos serviços públicos;

Projeto 248/98, do poder Executivo, que disciplina a demissão de servidores públicos estáveis por insuficiência de desempenho;

REUNI: O programa prevê, em linhas gerais, a quase duplicação do número de estudantes de graduação, mas de uma graduação minimalista, própria do capitalismo dependente. O decreto fixa metas de desempenho a serem alcançadas, em moldes do contrato de gestão de Bresser Pereira: os recursos financeiros SERÃO LIBERADOS COM A CONDIÇÃO-NANTE do cumprimento de metas, detalhe: a decisão sobre a pertinência ou não do contrato de gestão elaborado pela IFES compete exclusivamente ao MEC.

A expansão (considerando as citadas metas) somente será viável com contratos de trabalho precarizados, pois são mais vantajosos em termos da relação custo/benefícios, aos moldes do projeto neoliberal.

O retrospecto das iniciativas de criação de uma graduação mais aligeirada para os pobres é suficientemente longo para comprovar que o mesmo é parte de um padrão de acumulação muito próprio do imperialismo de hoje, em que os países periféricos e semiperiféricos não ocuparão um lugar relevante na produção de conhecimento e em processos produtivos em que o conhecimento se constitui em vantagem comparativa importante.

Se a universidade se referenciar nesse projeto do governo, ela irá se desconstituir como instituição universitária, convertendo as IFES em Centros Universitários Federais, ou Supermercado Pedagógicos, ou ainda a Universidade do Hambúrguer. Isso se configurará em uma derrota fundamental para a nação brasileira, com sério comprometimento a sua já precária soberania.

Para reverter esse quadro, é necessário investir em uma política autônoma, o que significa garantir uma vida digna para a população e investir no desenvolvimento científico e tecnológico do país. As universidades e instituições de pesquisa fazem parte desse projeto de construção de um país autônomo e soberano, pois dão a capacidade de desenvolver a ciência, a tecnologia, à arte e a cultura de forma autônoma e com qualidade. E avançar nesse sentido foi o que o governo Lula não fez.

PROPOSTAS

Do alvoroço da alma faz parte também a dor da ruptura do sonho, da utopia. “Mas, que, contraditoriamente, dos sonhos rasgados, mas não desfeitos, podemos fazer renascer em nós a esperança de uma nova sociedade”.

Romper, portanto, com o modelo proposto pelo Banco Mundial e implantado no Brasil, ou seja:

1) Desfazer a confusão atual entre democratização da educação superior e massificação.

Para isso, medidas principais são necessárias:

1) articular o ensino superior público e outros níveis de ensino público. Sem uma reforma radical do ensino fundamental e do ensino médio públicos, a pretensão republicana e democrática da universidade será inócua.

2) Gestão Administrativa e Financeira das IFES.

As Instituições Federais de Ensino Superior têm sofrido ataques brutais nas

duas últimas décadas. Vale mencionar que nada acontece por acaso. Tudo isso é fruto de uma política mundial do capital em transformar o DEVER do estado garantido no Artigo 205 da CF em meros serviços e com isso, minimizar o papel do estado brasileiro e fortalecer o sistema capitalista com a ampliação das privatizações.

Por isso se faz

- que as eleições para reitores e composição de representatividade nos colegiados superiores sejam paritárias a fim de assegurar de modo equânime os pensamentos dos segmentos que formam a instituição;

- que os 18% previstos no Artigo 212 da CF para garantir a manutenção e desenvolvimento do ensino por parte da união seja calculado também sobre as contribuições e não somente dos impostos;

- que a DRU - Desvinculação de Receita da União – criada pelo governo de FHC e mais acesa do que nunca no governo de Lula da Silva e que permite o governo gastar 20% da arrecadação da forma e modo que quiser seja revogada;

- que os HU's voltem a receber recursos do governo federal (MEC, Saúde e Ciências e Tecnologias) e,

- que o processo de expansão nas IFES seja acompanhado da qualidade do ensino.

3) Em contraponto a política educacional vigente, deve o SINTUFRJ reestruturar o Curso de Pré-vestibular as suas origens, se tornando o curso capaz de romper com o processo de alienação vigente. \reforçando o \projeto de forma a abarcar cursos de capacitação e qualificação que ajudem no rompimento do processo de alienação em parceria com a Universidade. Sendo capaz assim de emitir certificados que sejam reconhecidos pelo Ministério de Educação. A exemplo do curso realizado para o Movimento dos Sem Terra pela UFRJ. Cursos á nível de Pós-Graduação e de curta duração. Tais como:

- Cursos que revelassem a, verdadeira, História do Brasil
- Cursos de Formação Sindical;
- Cursos de redação;
- Cursos de Oratória;
- Cursos de Políticas Públicas
- Cursos de Organização e o desenvolvimento dos municípios e estados;
- Organização do Governo na esfera Executiva, Legislativa e Judiciária;
- Curso sobre a importância da construção coletiva de uma Política de Recursos Humanos para a classe trabalhadora;
- Curso sobre Planejamento Orçamentário e Financeiro
- Entre outros assuntos de in-



teresse da categoria.

■ DIRETRIZES DE PLANO DE CARREIRA EXIGE DOS TRABALHADORES DIRETRIZES DE LUTAS PELA CARREIRA

HISTÓRICO DE NOSSA LUTA

A luta dos técnico-administrativos por uma carreira afunilou-se na discussão do Plano de Cargo Único, o tão sonhado PCU que não chegou a ser implantado onde teve seus princípios quebrados servindo de pano de fundo para a construção do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE.

Implantado em 2005, o que se apresentava como resgate da identidade do trabalhador das universidades, ou plano dos sonhos, trouxe em seu bojo mudanças que acabaram por criar conflitos internos e graves problemas de gestão nas universidades, sem contar a enorme demanda política e judicial das entidades sindicais.

Passados 4 anos da implementação da lei 11091-2005, aqui estamos empriados na discussão da carreira, um discurso crítico que se iniciou antes mesmo da implantação efetiva do plano de carreira. As discussões não cessaram desde então. Os problemas foram aumentando, e cada dia novas demandas surgidas de trapalhadas e falhas no projeto Começou com o Vencimento Básico Complementar. Quem se lembra do famigerado VBC que ainda atormenta grande parte de nossa categoria?

O verbo RACIONALIZAR sinônimo de tornar racional, tornar mais eficientes os processos de trabalho, produção ou plano, tem sua conjugação proibida dentro dos fóruns de discussão da Federação. Racionalização vira chacota, muda de lógica, vira um amontoado de cargos. Grupos de trabalhos foram feitos, aglutina aqui, nomeia de lá, promove de cá, e não se racionaliza nada, as injustiças de cargos com mesmas exigências em patamares diferentes, cargos rebaixados no novo plano continuam como se não existissem prejuízos.

Para acirrar ainda mais os ânimos, na aplicação da segunda etapa do acordo, em 2008, o governo surpreende com mudanças na proposta, alterando o anexo IV, quebrando a isonomia de tratamentos nos percentuais de incentivo a qualificação. O Step constante de nossa tabela salarial também é derrubado pela casa civil. E se o governo utiliza a tática de separar a negociação por categorias,

agora abre brechas para que no futuro nossas negociações tornem se verdadeiros leilões de classes.

■ “ENQUADRARAM” OS APOSENTADOS

Alguém lá no Sul do país, precisamente no Paraná, detecta o prejuízo dos aposentados no plano de carreira, e argumentando sobre a quebra da isonomia, do direito adquirido, numa mobilização interna o reposicionamento dos aposentados na carreira, garantindo o respeito ao direito adquirido quando da aposentadoria ou estipulação de pensões, no caso dos pensionistas. Timidamente essa luta se alastra pelo Brasil, chega em Santa Maria, Niterói, Goiás e até a Fasubra é forçosamente obrigada a encampar essa luta.

Felizmente, essa febre se espalhou pelas bases, e as iniciativas isoladas de correção administrativa dessa grave injustiça começam a atormentar as reitorias, os colégios universitários. O início de uma luta que precisa ser travada também no campo nacional, da forma como foi colocada na lei 11223/05 (carreira da Cultura) precisamos brigar no parlamento por uma proposta de alteração da lei 11091/05, inserindo um dispositivo que garanta os direitos adquiridos dos aposentados e pensionistas no momento do enquadramento.

■ DIRETRIZES DE PLANOS DE CARREIRA – DPC

Com nossa rotina abarrotada de problemas do PCCTAE, o governo põe a discussão das Diretrizes de Planos de Carreira na ordem do dia. Quer transformar as 129 carreiras e 22 planos especiais de cargos em carreiras aliadas ao modelo de Estado. Nas conferências de RH, realizadas pelo Ministério do Planejamento as falas dos representantes do governo deixam claro a política para os servidores públicos não enquadrados nas carreiras ditas, típicas de Estado.

Essa discussão das DPCs com o movimento sindical apresenta-se mais como uma tentativa de doutrinação e convencimento dos sindicalistas e gestores de RH para a racionalidade dos modelos propostos pelo governo, do que espaço de debate de idéias propriamente dito. Pretende-se ao final dessa pseudo-discussão criar uma diretriz geral com conceitos e princípios que regem a elaboração dos planos de carreira para o servidor público.

Se por um lado à racionalização das carreiras no serviço público, traria de volta a unidade da luta dos SPFs, abando-

nada pelo corporativismo interno de cada categoria. A Carreira Isonômica não pode representar retrocesso nem perda de princípios já conquistados.

Baseada nessa intenção governamental, nosso debate sobre o tema deve ser orientado no sentido de traçarmos nossas próprias diretrizes, do ponto de vista dos trabalhadores e assim estabelecermos critérios mínimos de negociação defendendo a CARREIRA no real sentido da palavra, com ascensão funcional.

Para isso, elencamos alguns dos princípios imprescindíveis a qualquer discussão sobre diretrizes de carreira no serviço público e para tanto defendemos;

- CARREIRA na verdadeira acepção da palavra, com mobilidade funcional, permitindo a ascensão funcional através da capacitação e/ou qualificação;
- Racionalização dos cargos, com novas nomenclaturas, hierarquização, aglutinações e definições claras de atribuições e requisitos;
- Contra a Terceirização;
- Pela revisão dos Cargos Extintos;
- Por concurso público em todas as classes e cargos;
- Adicionais de Titulação para todas as carreiras e classes;
- Contratação pelo Regime Jurídico Único.
- Step Constante
- Piso Salarial de três salários mínimos

■ SEGUIR O EXEMPLO DA FASUBRA: DESFILAR O SINTUFRJ DA CUT

Década de 90: a decadência da CUT

Mas, a onda neoliberal não tardaria a chegar no Brasil. A derrubada das ditaduras stalinistas no Leste Europeu (conhecida como “queda do Muro de Berlim”) e na ex-URSS, abriu o caminho para que o capitalismo imperialista impusesse suas privatizações e seus planos neoliberais”. Entretanto, foi decisivo o papel assumido pela direção do PT e da CUT que, ao invés de chamarem a resistência e a luta organizada, optaram por se aliar com os patrões, os donos do capital e o Estado, facilitando a abertura do país ao capital estrangeiro, os pactos nas montadoras do ABC paulista, e apoiando as reformas neoliberais, como a da Previdência, na época de FHC.

A partir daí, a CUT mudou sua concepção e estratégia e adotou o “propositivismo e participacionismo” em órgãos do Estado. Abandonou a organização, a mobilização e a luta da classe trabalhadora e passou a priorizar os espaços tri-



BASE AGORA E SEMPRE

partes (compostos por trabalhadores, patrões e governo). Nestes espaços a CUT abriu mão de suas reivindicações e começou a apresentar propostas ditas “realistas”, passíveis de serem encampadas nestes fóruns pelos três setores, como se fosse possível conciliar a burguesia com os trabalhadores e trabalhadoras e estes/estas com o neoliberalismo.

Fruto dessa nova estratégia reformista, “propositiva”, as greves gerais não mais aconteceram – eram desmarcadas antes da data – e desde o governo Collor de Mello, as reformas neoliberais passaram a ser aprovadas, principalmente as privatizações das empresas estatais estratégicas, como as do aço, telefônicas, a CVRD, etc., já no governo FHC.

A partir daí, a CUT começa a ser um peso morto para o conjunto da classe trabalhadora. Seus dirigentes haviam se burocratizado e administravam os recursos oriundos do governo federal, como o FAT, os fundos de pensão de categorias importantes, como a Petrobrás ou Banco do Brasil. Os velhos dirigentes haviam se transformado em “administradores da ordem” capitalista.

2003, a ascensão de Lula: a grande traição e a integração total da CUT ao regime democrático-burguês

Com a vitória de Lula nas eleições de 2002, consumir-se-ia o caráter pelego e conciliador da CUT. O grande teste foi a Reforma da Previdência contra os servidores federais. Foi à primeira reforma de Lula, justamente contra seus mais fiéis aliados em todos esses anos. A CUT ficou do lado do governo, ignorou a greve dos servidores e a grande marcha de 80 mil servidores em Brasília, em agosto de 2003. Depois vieram as outras propostas de reformas, sindical, trabalhista e universitária, todas endossadas pela direção da CUT, todas em andamento no Congresso Nacional.

■ POR ISSO DEFENDEMOS IMEDIATA DESFILIAÇÃO DO SINTUFRJ DA CUT, NÃO FILIAÇÃO POR UM PERÍODO DE DOIS ANOS A NENHUMA CENTRAL.

Modificação Estatutária:

Um sindicato para ser realmente democrático, bem como de livre acesso a todos, ela tem que começar a fazer isto através do seu Estatuto. Portanto, defendemos um sindicato livre e com acesso a todos da seguinte maneira:

1º – Defendemos a revogação total da cláusula de barreiras, por se tratar de um instrumento inibidor e antidemocrático com as minorias, uma vez que é um instrumento autoritário, injusto e extremamente discriminatório. Sendo assim, defendemos a derrubada total da cláusula de barreira em todos os fóruns da nossa base.

– Defendemos que qualquer diretor

pode ser eleito, sendo que só poderá ser por dois mandatos consecutivos, após isto, deverá intercalar um mandato para ser reeleito. O fato de fazermos o dirigente voltar para a Base propicia uma oxigenação permite a formação de novos quadros dentro da Federação.

– Defendemos que o Conselho de Delegados Sindicais de Base seja eleito e empossado no Congresso da categoria, uma vez que acreditamos que o congresso seja o fórum onde exista a maior representação de nossas unidades.

– Defendemos regras mais duras para as prestações de contas dos dirigentes. Entendemos que um dirigente sindical tem que dar o exemplo e, este exemplo começa a ser forjado na sua passagem por administrações anteriores. Defendemos que tais dirigentes não possam se candidatar ou tomar posse no nosso sindicato caso seja eleito, pois a reprovação das suas contas em gestão passada ou em curso, para nós é fator impeditivo.

– Defendemos vigorosamente as eleições diretas das bases, para compor a direção. Entendermos que tal prática é altamente democrática, além de verdadeiramente participativa, uma vez que dará maior transparência e autonomia para as nossas base, além de obrigar o candidato (a) a ser fazer presente e conhecido em todas as unidades. Afirmamos ainda que dirigente sindical que temer este tipo de eleição, não merece ser dirigente sindical, pois demonstrará medo das urnas.

– Imediata Desfiliação da Central Única dos Trabalhadores, ficando o SINTUFRJ por dois anos não filiado a nenhuma Central, o dinheiro arrecado deve servir para compra de uma sede social para categoria.

– Concluindo, queremos ter um sindicato livre, participativo, oxigenado e com critérios bem definidos na sua transparência política e financeira. Entendemos que o SINTUFRJ pertence a sua base, portanto, ser democrático é antes de tudo estar aberto a tudo e a todos, pois a participação de todos dentro do nosso sindicato é vital a sua sobrevivência enquanto entidade laica e vibrante como sempre deveria ser.

Fazendo-se então necessário à imediata instalação do Conselho Sindical de Base, dando posse aos Delegados eleitos aos Congressos enquanto Conselheiros, já que o Congresso é instância máxima de Deliberação de nossa Organização Sindical. A partir do presente Congresso a posse do Conselho de Delegados de Base, sua eleição ficará sujeitas às mesmas normas conferidas ao Conselho Fiscal.

■ PLANO DE LUTA:

Reposição Salarial Já! Não podemos continuar admitindo que Desenvolvimento na Carreira seja visto enquanto reajuste salarial. Desenvolvimento na Carreira é

opção do Trabalhador. Reposição Salarial é Direito do Trabalhador e Dever do Patrão.

- Em defesa do serviço público; saúde e educação gratuitas e de qualidade.

- Abaixo o projeto de lei 549/2010.

- Emprego e salário justos; não ao congelamento.

- Mais e melhores profissionais no serviço público para melhor atender à população.

- Suspensão imediata do pagamento da Dívida Pública.

- Concurso público.

- Cotas sociais e raciais nas universidades públicas.

- Retorno da luta pelo PCU.

- Fim do assistencialismo.

- Não às Fundações!

- Descongelamento imediato das ações judiciais.

- Compra da sede social.

- Mais verbas para o SUS.

- Retorno do acesso aos dependentes dos servidores ao CPV do SINTUFRJ e sua manutenção, pois entendemos ser o CPV um instrumento de vital importância para a formação dos trabalhadores de nossa base e de outras também, afinal “SOMOS SOCIALIZADOS OU NÃO?”

- Mais verbas para a coordenação de esportes e lazer, e manutenção dos projetos vitoriosos.

- Mais cursos na área de formação sindical.

- Defender a implantação do mandato de injunção, que trata da contagem de tempo para a aposentadoria especial.

- Defender o reposicionamento dos aposentados no PCCTAE, pois já se trata de realidade em outras universidades federais e é um direito adquirido pelos nossos valerosos servidores, que muito contribuíram ao engrandecimento da Universidade e hoje não estão mais na ativa.

- Retirada da ação trabalhista que questiona o contrato de trabalho dos funcionários do SINTUFRJ, pois entendemos que esta atitude vai de encontro ao que sempre defendemos.

- Não ao loteamento da Ilha do Fundão!

- Renovação da frota de veículos do Setor de Transportes e sua reestruturação, bem como a valorização de seus servidores.

- Apoio aos projetos que visam recuperar e ampliar o acervo do Museu Nacional.

- Não a terceirização!

- Apoio e fiscalização às obras de urbanização da Vila Residencial.

- Apoio à DISEG nas ações que visem melhorar, as condições de segurança no Fundão e na Praia Vermelha, bem como as iniciativas positivas que qualifiquem e aperfeiçoem o desenvolvimento profissional dos seus servidores.

Assinam esta TESE os componentes do Coletivo BASE AGORA E SEMPRE na UFRJ



UMA HISTÓRIA DE LUTAS

ABALADA PELA INCOMPETÊNCIA

Temos que **resgatar a luta** pelo desenvolvimento na carreira

Fim da proporcionalidade já

NÃO À PRORROGAÇÃO DE MANDATO

Temos que **resgatar a luta** pelo desenvolvimento na carreira

O Sintufrj tem uma história muito rica de lutas, mobilizações e de vitórias.

Soubemos, ao longo de nossa trajetória, combinar as reivindicações corporativas com a luta em defesa da universidade pública que está intrinsecamente ligada à luta por uma sociedade mais justa.

O primeiro passo foi, sem dúvida, nos reconhecermos como atores e não mais como coadjuvantes na cena universitária.

Ousamos pensar políticas para a UFRJ e disputar a hegemonia do pensamento dominante sobre o papel da universidade.

Com isto nós trabalhadoras e trabalhadores em educação da UFRJ conquistamos o respeito dos outros segmentos da universidade e também de outros setores da sociedade. Ocupamos vários espaços institucionais e nos credenciamos a conquistarmos mais ganhos, sejam financeiros ou institucionais.

Lamentavelmente o que vemos hoje em nosso sindicato está longe de representar nossa história de luta.

Nosso sindicato chegou a um nível de fragilização tão grande que hoje, além de não conquistarmos mais nada, começamos a perder.

■ Temos que resgatar a luta pelo desenvolvimento na carreira

Esta gestão 2008/2010 foi marcada pela luta incansável da CSD (CUT Socialista e Democrática) para evitar a destruição completa deste patrimônio por um grupo de pessoas denominado Tribo/UFRJ, representado por doze coordenadores que hoje compõem a diretoria executiva da Entidade. Este grupo concentrou seus esforços em perseguir funcionários, reduzir salários e expor o sindicato a riscos jurídicos. Denunciamos, combatemos e continuaremos lutando.

■ NÃO À PRORROGAÇÃO DE MANDATO

Foi entregue à diretoria do sindicato no dia 25 de março o abaixo-assinado contendo aproximadamente 1300 (mil e trezentos) assinaturas, no decorrer da assembleia chegaram muitas outras, totalizando mais de 1500.

Ainda assim a Tribo tentou desqualificar o abaixo-assinado e fez pouco-caso da manifestação de vontade da categoria.

Mas está clara a vontade da categoria. Tem que ter eleição já!! A Tribo vem sorrateiramente tentando prorrogar seu mandato. A Assembleia do dia 25/03 havia aprovado a realização do Congresso do Sintufrj para sessenta dias após a

realização da mesma, ou seja, para o dia 25/05. Os diretores da Tribo, em reunião de diretoria, “interpretaram” a decisão como sendo sessenta dias úteis, jogando o congresso para os dias 8, 9 e 10/06, consolidando aos poucos o golpe da prorrogação de seu desgoverno no sindicato. Agora querem marcar eleições somente após 45 dias da realização do Congresso. **NÃO VAMOS ACEITAR!**

O mandato desta diretoria se encerra dia 26 de junho. Logo, antes disso a eleição deve ser convocada.

■ Fim da proporcionalidade já ■

A realização do Congresso do Sintufrj antes da eleição da próxima diretoria só se justifica por conta da necessidade de mudar o estatuto no capítulo das eleições. Aliás, isso ficou claro para todos os presentes na assembleia de 25 de março.

E neste ponto defendemos o fim da proporcionalidade. Ou seja, a chapa que obtiver mais votos dirige o sindicato. Para garantia de eleições democráticas, defendemos que se a chapa que obtiver maioria de votos não atingir cinquenta por cento mais um dos votos válidos seja realizado um segundo turno com as duas mais votadas.

Em que pese a proporcionalidade ser uma forma mais democrática de se dirigir o sindicato, ela exige muita maturidade para que possamos conviver saudavelmente com as diferenças. Infelizmente ainda não alcançamos esta maturidade. A experiência vivida pela categoria, nestes anos em que a diretoria foi composta pela proporcionalidade, foi um sindicato imobilizado pela luta interna.

A atual gestão é a prova disso. Passaram todo tempo envolvidos com a luta interna e as questões pertinentes à categoria ficaram em segundo plano.

Por isso entendemos que este congresso só tem legitimidade para discutir e aprovar o fim da proporcionalidade.

■ E que venham as eleições! ■

■ PROCESSO DOS 3,17%

ÇÃO DESASTRADA DA TRIBO TROUXE A DERROTA PARA CATEGORIA

É preciso resgatar a capacidade de avaliar corretamente a conjuntura

Como era uma causa que já estava ganha, a TRIBO resolveu chamar uma mobilização no Fórum para “pressionar” a juíza a aceitar os

cálculos. Tiraram muitas fotos deles distribuindo panfletos e colocaram no jornal do sindicato que, aliás, eles estão transformando no seu portfólio. A intenção era dizer que esta ação, que durou anos, só teria sido vitoriosa por causa desta “pressão”.

Ocorre que por causa desta “pressão” a juíza resolveu rediscutir o mérito e aí deu no que deu... Extinguiu o nosso processo de execução dos atrasados.

Toda a categoria pagou pelas atitudes piro-técnicas deste pessoal e amargamos mais esta derrota. Embora a assessoria jurídica do Sintufrj tenha entrado com recurso, não há prazo previsto para o seu julgamento (do recurso). E os atrasados que já estavam garantidos agora se transformaram numa agonizante incerteza para a categoria.

■ CURSO PRÉ-VESTIBULAR – UM CAPÍTULO À PARTE

Exigimos respeito aos sindicalizados e dependentes

Outra iniciativa desastrosa para a categoria encaminhada pela TRIBO durante esta gestão foi a tentativa de acabar com o Curso Pré-Vestibular do Sintufrj.

Encaminharam uma política de desvalorização e desestímulo dos professores do CPV, para que eles pedissem demissão e a qualidade do curso caísse. Assim ficaria mais fácil justificar o fim deste projeto de mais de 20 anos.

Impuseram aos profissionais do curso uma série de constrangimentos, expondo o salário das pessoas. Na tentativa de justificar redução salarial, alteraram a carga horária à revelia da grade pedagógica, perseguiram os professores a ponto de dois dos mais experientes pedirem demissão.

Enfim, fizeram o inimaginável para destruir o CPV.

Mesmo assim não conseguiram, pois a maioria dos professores permaneceu. Então mudaram de tática e decidiram esvaziar o curso impedindo que os dependentes dos sindicalizados se inscrevessem no CPV do Sintufrj.

Foi preciso que a categoria enfrentasse a TRIBO para que seus dependentes pudessem estudar, em alguns casos literalmente, pois eles arrancavam as fichas de inscrição das mãos das pessoas.

A resistência valeu a pena, hoje vários dependentes estão estudando no Curso Pré-Vestibular do Sintufrj.

Quem diria que chegaríamos a este ponto. A categoria ter que brigar com parte da direção do sindicato para poder estudar ou garantir este direito para os seus dependentes!



UMA HISTÓRIA DE LUTAS

ABALADA PELA INCOMPETÊNCIA

Temos que **resgatar a luta** pelo desenvolvimento na carreira

NÃO À PRORROGAÇÃO DE MANDATO

Fim da **proporcionalidade** já

Temos que **resgatar a luta** pelo desenvolvimento na carreira

NÃO À PRORROGAÇÃO DE MANDATO

■ NEM NO ESPORTE E LAZER AS COISAS FUNCIONARAM

Considerando que a TRIBO não valoriza a formação acadêmica e, muito menos, a qualificação profissional, era de se esperar que pelo menos no esporte e lazer as coisas fossem melhor.

Ledoengano.

Não foi criada nenhuma outra modalidade de esporte. E no futebol, os atletas que compõem a seleção do Sintufrj foram tratados com todo o descaso possível por parte deste setor da direção durante a Copa Fasubra.

As festas, que não foram poucas, também deixaram a desejar. A maioria delas foi esvaziada e as de final de ano foram um verdadeiro desastre. Nem o evento comemorativo dos 15 anos do Sintufrj se salvou. Foi um verdadeiro fiasco.

Com a sua ausência nestes eventos, a categoria manda um recado claro: que não aceita a política do pão e circo!

■ NA POLÍTICA INSTITUCIONAL MUITO MENOS

A total ausência do Sintufrj nas discussões da UFRJ é outro elemento que aponta para um isolamento de nossa categoria na formulação de políticas para a instituição. O que nos levará, inevitavelmente, a um retrocesso na conquista de espaço profissional e acadêmico.

O que dizer, então, do debate mais geral de sociedade?!

O máximo que vemos é a repetição de palavras de ordem que não se coadunam.

Precisamos manter a luta pela democratização dos colegiados superiores, espaço físico e eleições para a CIS (Comissão Interna de Supervisão de Carreira).

■ SINTUFRJ MACULADO PELO ASSÉDIO MORAL...

As atitudes da TRIBO com relação às trabalhadoras e trabalhadores do SINTUFRJ desde o início desta gestão foram pautadas pelo total desrespeito.

Começaram por não reconhecer o Contrato Coletivo de Trabalho, e a partir daí desenvolveram uma política de perseguição e desvalorização dos profissionais do sindicato.

Uma coisa seria se eles discordassem do Contrato. Neste caso poderia ser aberto um processo de negociação com os trabalhadores. Mas não reconhecer a legalidade e a legitimidade deste instrumento de regulação das relações de

trabalho que já existe, no Sintufrj, há mais de 15 anos não é sério.

A partir daí várias atitudes arbitrárias e assediosas foram tomadas.

Contracheques expostos, salários reduzidos após o mês trabalhado, constrangimento público no local de trabalho relacionado à honestidade dos trabalhadores.

O resultado desta política já soma um prejuízo aos cofres do Sintufrj na ordem de R\$100.000,00 (cem mil reais), fruto das ações trabalhistas. E várias ações de assédio moral contra o sindicato estão em curso.

Cabe dizer também que tem uma ação judicial correndo na Justiça do Trabalho que foi encaminhada pela TRIBO questionando o Contrato Coletivo dos trabalhadores do Sintufrj. Pelo encaminhamento dado pela juíza na última audiência, tudo indica que virá mais uma multa pesada para o sindicato. Além do parecer dado pela empresa que está fazendo auditoria no sindicato que apontou para a possibilidade de caracterização de um dano moral coletivo pelo descumprimento do Contrato.

Se continuar desta forma o sindicato vai se afundar em dívidas trabalhistas.

Temos que conseguir um instrumento jurídico que garanta uma ação que responsabilize os indivíduos que estão causando tantos danos aos cofres do sindicato, visando à recuperação destes valores. **DIRETORIA TEM QUE CUMPRIR LEIS TRABALHISTAS E RESPEITAR SEUS FUNCIONÁRIOS!**

■ ... E MERGULHADO NUM MAR DE LAMA

Desvio de dinheiro, inconsistências na folha de pagamento, diferenças vultuosas nos vales-transportes e refeição e até os brinquedos que foram comprados para dar às crianças na festa de final de ano foram roubados. Este foi o caminho tortuoso que nosso sindicato entrou.

Uma questão a mais que preocupa a todos nós é que ao longo da gestão a TRIBO afirmou que 70% da arrecadação mensal do SINTUFRJ foi destinada para pagar a folha de pagamento dos trabalhadores (as) do sindicato.

Agora a empresa de auditoria, em seu relatório preliminar, informa que a folha de pagamento com os encargos sociais totaliza apenas 40% da arrecadação. Para onde está indo os outros 30%?!

Além desses fatos, que já são gravíssimos, a auditoria está encontrando muita dificuldade para desenvolver seus trabalhos, pela falta de documentação.

No mesmo relatório, a auditoria já aponta

uma série de irregularidades.

Muitas delas percebe-se que se dão por desconhecimento. Porém a falta de registro de movimentação financeira e a inobservância da legislação são preocupantes em relação aos riscos a que pode ficar exposto, mais uma vez, o nosso sindicato.

É triste fazer a constatação de que nosso sindicato está mergulhado no mar de lama, mas é necessário que façamos esta denúncia, pois consideramos que a única forma de recuperarmos nosso instrumento de lutas e conquistas é colocando a público o que está ocorrendo com o nosso sindicato.

■ EXIGIMOS APURAÇÃO RIGOROSA E PUNIÇÃO A TODOS OS ENVOLVIDOS ■

■ CONJUNTURA

A retomada das lutas

O Brasil chegou tarde ao neoliberalismo, mas a crise desse projeto ocorreu de forma sincronizada em nível internacional e nacional. Por isso, quando em novembro de 1999 milhares de manifestantes protestavam contra a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Seattle, nos EUA, marcando de forma emblemática um ascenso mundial da luta anti-globalização, o Brasil estava mergulhado na crise do Plano Real.

A crise mundial do projeto neoliberal veio acompanhada do crescimento das mobilizações populares e de uma relegitimação do debate sobre as alternativas. O Fórum Social Mundial - FSM é uma das expressões internacionais dessa nova etapa.

A CUT sentiu os reflexos desse novo período. Voltam as mobilizações – como a Marcha dos 100 mil, em 1999; a estratégia que priorizava uma postura propositiva em detrimento de uma política de resistência está desacreditada; ideias de adaptação a uma ordem em crise perdem audiência; o protagonismo da CUT no FSM revigora a política internacionalista. Mas as deficiências estratégicas sentidas nos anos 90 ainda não estão resolvidas, nem houve um salto na formulação programática da CUT capaz de dar conta da nova situação. Isso faz com que a CUT esteja, ainda, muito aquém dos desafios colocados pelo novo período da luta de classes, embora reconheçamos que a CUT foi a protagonista nas conquistas da classe trabalhadora neste período.

■ A CSD como uma nova ferramenta

A corrente CUT Socialista e Democrática é uma intervenção de militantes cutistas no pro-



UMA HISTÓRIA DE LUTAS

ABALADA PELA INCOMPETÊNCIA

cesso de superação da insuficiência da elaboração e dos impasses político-organizativos vividos pelo sindicalismo cutista.

Valorizamos a resistência construída nos anos 90 e buscamos aprofundar o debate das alternativas. Ao resgatar a importância da luta sindical, queremos inseri-la numa perspectiva de luta política que recoloca em um novo patamar a importância do Estado na definição de direitos da classe trabalhadora. Revalorizar a trajetória da CUT significa retomar uma dimensão central de um projeto classista: a combinação da luta sindical e da luta política, a visão de construção sindical e construção de uma outra sociedade, como dois momentos de um único processo.

Participaremos ativamente do debate de atualização programática da CUT considerando a questão democrática como central. Democracia nas organizações dos trabalhadores e democracia na sociedade são dois polos que se integram numa visão que considera que o poder deve residir no povo trabalhador, que o caminho ao socialismo deve ser pavimentado na participação popular, que o Estado deve ser submetido à assembleia dos cidadãos e cidadãs, que as estruturas de representação não devem se sobrepor às da democracia direta.

O neoliberalismo redesenhou o Estado para colocá-lo ao serviço do grande capital e recriar uma sociedade a sua imagem e semelhança. O desafio da classe trabalhadora brasileira é refundar um Estado que esteja a serviço de um projeto emancipador; é reconstruir as relações na sociedade a partir dos valores da solidariedade, da igualdade social, do combate às discriminações de gênero e raça, da participação popular, da soberania do povo, do direito e do respeito às diferenças de crenças e opções sexuais, do internacionalismo que promova a fraternidade entre os povos.

■ COMPROMISSOS

A corrente sindical CUT Socialista e Democrática é herdeira de uma tradição que busca, desde os primeiros anos da CUT, compor um campo de esquerda sindical cutista, formado por uma vanguarda ampla e referenciada nos princípios da solidariedade dos trabalhadores e da construção de uma sociedade socialista e democrática.

A CUT Socialista e Democrática aspira a ser o espaço democrático, criativo e militante dessa vanguarda, dos e das militantes que veem o movimento sindical como parte do movimento mais amplo de emancipação da humanida-

de e que identificam a necessidade de responder aos desafios que estão postos nas lutas decisivas de 2002 e nas que vierem.

No seu nome estampamos três compromissos que nos orientam: o da construção da CUT, como ferramenta sindical da classe trabalhadora brasileira; o socialismo como projeto histórico e elemento que deve orientar estrategicamente a ação política da Central; a democracia como elemento central da construção das organizações dos trabalhadores e trabalhadoras.

■ Apresentamos um resumo do nosso Plano de Lutas ■

■ SAÚDE E CONDIÇÕES DIGNAS DE TRABALHO

- Lutar intransigentemente pela manutenção das unidades hospitalares/saúde vinculadas às universidades, como espaço principal de formação de profissionais da saúde, mantendo-se como parte integrante da UFRJ – somos contra as Fundações Estatais públicas e privadas;

- Lutar pela implantação de uma política de saúde do trabalhador tendo a DVST como principal órgão de estruturação, envolvendo as unidades hospitalares e unidades da área da saúde da UFRJ;

- Lutar pelas condições dignas de trabalho: exigindo adequação dos equipamentos como computadores compatíveis e tecnologicamente atualizados; mobiliário condizente com as atividades desenvolvidas; condições de limpeza e ventilação; exigência de materiais de consumo necessários ao desenvolvimento das atividades inerentes aos cargos;

- Lutar pela supressão de espaços insalubres na busca de qualidade de vida;

- Nas unidades de saúde desenvolver atividades de integração da assistência com o ensino e a pesquisa acadêmica, reafirmando nossa função de Trabalhadores em Educação.

■ CARREIRA E SALÁRIOS

- Continuar ativo na luta pelo pagamento dos passivos das ações judiciais conquistadas pelo SINTUFRJ (3,17%, 26,05%, 28,86%, não desconto do PSS no 13º) que representam cerca de **40% a mais** no salário de cada sindicalizado ao SINTUFRJ, sendo os maiores salários dentre as IFES brasileiras;

- Lutar pela recuperação dos cargos extintos da nossa carreira, buscando o fim da terceirização e abertura de concurso público para reposição do quadro de técnico-administrativos em educação;

- Lutar pela criação do Conselho de Administração na UFRJ, paritário, democrático e transparente, onde seja discutida a política de pessoal – normas para disponibilidade; regras para distribuição de vagas para os concursos públicos, definição de cargos para distribuição entre as unidades/setores;

- Cobrar da Reitoria o reconhecimento e fortalecimento da **CIS UFRJ** – Comissão Interna de Supervisão da Carreira, com a aprovação do Regimento Interno e estrutura de funcionamento à semelhança que possuem os colegiados superiores da UFRJ;

- Desenvolver políticas específicas para a valorização da categoria dos técnicos-administrativos com políticas claras de formação e de utilização de seu fazer no processo de avaliação;

- Lutar pela implementação do Programa de Capacitação e do Programa de Avaliação aprovado nos fóruns da categoria, acabando com a decisão individual, seja do servidor, seja da chefia, de quem pode ter capacitação e de como será avaliado;

- Concepção de carreira: estrutura e matriz salarial. Resgatar a linearidade da carreira;

- **Lutar pelo piso histórico de 3 SM e step de 5%, constante.**

- **Lutar pela manutenção da paridade entre ativos e aposentados;**

- Que a direção do SINTUFRJ cobre da Reitoria da UFRJ a implementação do PDI, PDIC e os Programas de Desenvolvimento;

- Lutar pela implementação de 1% da folha de pagamento das IFES para aplicação nos planos de desenvolvimento da carreira.

■ LUTA NA UFRJ E EDUCAÇÃO

- Investir na mobilização dos técnicos-administrativos para que ocupem seu espaço nos órgãos colegiados nas unidades e centros e organização do I Encontro de Representantes nos Órgãos Colegiados da UFRJ;

- Resgatar o Projeto conjunto entre o SINTUFRJ, o IESC e a DVST sobre o assédio moral e continuidade no atendimento e combate à perseguição no ambiente de trabalho;

- Expansão da educação infantil – creche/pré-escola da UFRJ, assim como lutar pelo aumento do valor do auxílio-creche e auxílio-alimentação;

- Lutar pela regularização dos NES e extraquadros e pelas garantias de igualdade de tratamento a todos trabalhadores;

- Estimular a criação de um Fórum de representantes nos colegiados – de departamento ao Conselho Universitário, onde pelo menos

Temos que **resgatar a luta** pelo desenvolvimento na carreira

NÃO À PRORROGAÇÃO DE MANDATO

Fim da proporcionalidade já

NÃO À PRORROGAÇÃO DE MANDATO

Temos que **resgatar a luta** pelo desenvolvimento na carreira



UMA HISTÓRIA DE LUTAS

ABALADA PELA INCOMPETÊNCIA

NÃO À PRORROGAÇÃO DE MANDATO

Temos que **resgatar a luta** pelo desenvolvimento na carreira

Fim da **proporcionalidade** já

Temos que **resgatar a luta** pelo desenvolvimento na carreira

NÃO À PRORROGAÇÃO DE MANDATO

duas vezes ao ano possam ser discutidas, junto com o SINTUFRJ, as políticas gerais a serem encaminhadas nos órgãos institucionais;

- Lutar pela participação de representação dos TAEs no Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE), de forma democrática e eleita pelos seus pares.

■ EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

- Defesa da Universidade Autônoma, gratuita, pública e democrática, garantindo a implementação da Universidade Cidadã para os trabalhadores;

- Defesa da utilização dos recursos públicos para gestão e expansão da UFRJ;

- Defendemos a realização de uma estatuinte na UFRJ, com a participação ampla e democrática de todos os segmentos da universidade;

- Em defesa da expansão dos campi vinculados a uma política de assistência estudantil;

- Em defesa da oferta de cursos para a base com temáticas sobre políticas públicas, autonomia, democracia etc.;

- Defendemos o término das Fundações e a criação de mecanismos de controle financeiro das IFES;

- Incentivo à política de inclusão social de forma ampla que contemple diversos setores, tais como Educação em LIBRAS, acessibilidade etc.

- Garantir os direitos dos técnicos-administrativos em educação a capacitação e desenvolvimento profissional, orientando-os sobre o assédio moral;

- Para atender melhor às questões referentes à educação dos trabalhadores faz-se necessária a presença maciça do sindicato em todas as unidades para levantar as demandas locais.

■ LUTA NACIONAL

Participar ativamente das atividades convocadas pela **FASUBRA** e pela **CUT**, fortalecendo estas entidades como as que genuinamente representam os trabalhadores em educação das IFES e contrários a políticas de divisão de nossas entidades;

- Redução da Jornada de Trabalho sem redução de salário nos termos da luta empreendida pela CUT para todos os trabalhadores;

- Ainda no sentido de fortalecer nosso sindicato: lutar por reformas democráticas-populares: reforma agrária, urbana, universitária, tributária e democratização da gestão pública tendo como

base o Projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores, tendo por norte os interesses da classe trabalhadora;

- Contra qualquer Reforma da Previdência que retire Direitos dos Trabalhadores e dos aposentados;

- Fortalecimento das Políticas Públicas, defendendo uma política de valorização dos serviços e dos servidores públicos;

- Lutar contra a corrupção no país, com punição dos corruptos e corrompidos;

- Lutar por uma Reforma Política, com a participação dos trabalhadores;

- Lutar por uma Reforma Tributária que desonere os trabalhadores com a redução dos juros cobrados pelos agentes financeiros;

- Unificar os movimentos sociais atuando na Coordenação dos Movimentos Sociais, buscando a construção de uma Agenda Positiva que priorize o debate acerca da Seguridade Social;

- Contra a PEC que limita as despesas com o funcionalismo público;

- Ação unificada com o conjunto dos (as) trabalhadores (as) na luta contra qualquer Reforma que retire direitos do trabalhador ativo e aposentado;

- Estar ativo na luta pelo pré-sal para os brasileiros.

SINTUFRJ ATIVO E PARTICIPATIVO

Geral

- Suporte ao jurídico do SINTUFRJ com a aquisição de um sistema que possibilite ao sindicalizado obter informações atualizadas on-line do andamento de suas demandas no jurídico;

- Boletim eletrônico quinzenal sobre a situação dos processos coletivos;

- Presença constante nos principais espaços da UFRJ e de luta convocados pela CUT e Fasubra;

- **Delegados Sindicais** – defendemos a constituição de uma comissão específica para a elaboração de propostas de alterações estatutárias em que seja discutida a participação da categoria no SINTUFRJ;

- Propomos a organização do **Conselho de Delegados Sindicais** através de delegados eleitos por ambiente de trabalho, possibilitando assim uma atuação voltada para as definições referentes às condições de trabalho, capacitação necessária e modelos de avaliação que melhor condizem com o fazer e saber de cada trabalhador;

- **Aposentados** – Compromisso com a *manutenção das oficinas e retorno dos passeios*; o SINTUFRJ deve investir na criação na UFRJ de um **Programa unificado de atenção e educação** superior voltado para a 3ª idade/Idade Melhor – fortalecendo e apoiando o trabalho no HESFA e EEFD – buscando uma maior qualidade de vida; **retomada imediata das reuniões mensais** de aposentados, e pensionistas trazendo-os de volta ao SINTUFRJ com um canal constante de informação, auxílio e colaboração nas questões pendentes de sua vida; criação de um canal constante de diálogo e ação;

- **Oficinas** – Ampliar a participação dos associados e dependentes nas oficinas existentes;

- **CPV** – Resgatar o CPV para os sindicalizados e seus dependentes, de forma a garantir um pré-vestibular de qualidade.



NÃO TEMOS TEMPO A PERDER!

NÃO DEIXE SEU SINDICATO MORRER!

Estamos num momento propício para fazer as nossas reflexões sobre o que está acontecendo com o SINTUFRJ e a realização do 10º CONSINTUFRJ será a grande oportunidade da categoria, principalmente daqueles que vivem reclamando do sindicato, para cobrar da Direção as promessas de campanha eleitoral que não foram realizadas, bem como saber de que forma a Direção investiu os recursos de 1% da sua contribuição voluntária. Caberá também a este congresso refletir sobre a conjuntura das eleições presidenciais e sobre quais serão as nossas estratégias e correlação de forças para superar obstáculos e lutar por manter e conquistar novos direitos.

■ UNIDADE PARA OS QUE ESTÃO NA LUTA

A nossa Carta de Princípios está centrada nos pilares da democratização nas relações do movimento sindical, na defesa da Universidade Pública, Democrática e referenciada socialmente, e na construção do socialismo. Estes princípios defendidos e exercitados garantem o direito inalienável à divergência e ao contraditório.

As nossas ideias e a nossa prática são manifestadas através do exercício da democracia sindical, tendo como princípios:

- Solidariedade entre os povos e a classe trabalhadora; crença na democracia dos trabalhadores(as) rumo ao socialismo; A luta contra o neoliberalismo, as reformas neoliberais, as privatizações, a precarização dos empregos e a retirada dos direitos dos trabalhadores(as); defesa da ética em todos os níveis; defesa da organização dos trabalhadores por ramo de atividade; e posição contrária ao centralismo democrático, à partidarização e ao aparelhamento das entidades sindicais.

O Coletivo Tribo contribuirá para que o SINTUFRJ, mais uma vez, de-

monstre ao conjunto dos movimentos sociais e sindicais desse país de que a Unidade é Possível, desde que se preservem princípios básicos, como a democracia, a tolerância com a diferença, a ética na convivência cotidiana, a transparência com a gestão administrativa da entidade e o respeito a todo patrimônio da categoria.

● Um Congresso vitorioso para Todos(as) e Força na Luta.

● Agora é hora de compreender mais, para temer menos. (Marie Curie, física). Coletivo TRIBO

■ CONJUNTURA NACIONAL E INTERNACIONAL

Nesta TESE ao 10º CONSINTUFRJ queremos apontar para o conjunto da categoria o que norteará a nossa defesa dentro deste congresso, são elas:

1.1 – Conjuntura

1.1.1 Internacional: Podemos considerar que a política internacional, comandada pelo Presidente Lula, foi e está sendo de vital importância para o nosso País. Além disso temos que avaliar a realização da reunião que foi solicitada pelas centrais sindicais e OIT com os Ministros de trabalho dos países-membros do G-20 em que a CUT esteve presente para cobrar uma luta conjunta por emprego decente e proteção social para superação da crise e busca de novo modelo de desenvolvimento.

POSIÇÃO DE GOVERNOS DIANTE DA CRISE - A crise mundial amplia a desigualdade e pobreza, com a demissão em massa de trabalhadores, com a redução do investimento em programas sociais e da solidariedade internacional, com a queda na renda das famílias e a dificuldade de manter o anterior padrão de vida.

- Uma das facetas do capitalismo, o neoliberalismo - expressão máxima do Consenso de Washington, defendido por FHC e pelos seus partidos aliados sem dúvida alguma está em crise e em xeque!!! Os(as) trabalhadores(as) tinham razão: o neoliberalismo se autoconsumiu e se desmorona. Com isto, está dada a possibilidade de disputa, defendendo o projeto dos trabalhadores, para que o Brasil de fato mude, provocando uma superação do paradigma recente, rumo a um modelo que sedimente as bases já lançadas para o desenvolvimento com inclusão social, soberania e fortalecimento do Estado referenciado socialmente.

O PAPEL DO BRASIL NO ENFRENTAMENTO DA CRISE

- O Brasil, na defesa da democracia, que possui como pressuposto a convivência com as diferenças e disputas ideológicas, por dentro e por fora dos espaços institucionais, precisa, cada vez mais, afirmar a sua posição estratégica no fortalecimento, soberania e independência dos países do Cone Sul. *Esta se dará com maior investimento no estado, aumento do orçamento das políticas públicas e da política de salário mínimo, manutenção dos investimentos em infra estrutura, e deve vir articuladas à superação do modelo econômico conservador, centrado no superávit primário, em juros altos, e na concentração de renda.*

1.1.2 Nacional – Na conjuntura geral temos que fazer uma avaliação do programa de Governo do presidente Lula, pois será a partir dele que poderemos

analisar e nos posicionarmos para as próximas eleições. Quais foram os pontos positivos do programa de governo que foram executados e quais os que não foram e por que. Avaliar se temos condições e correlação de forças para executá-los antes do final do governo. Outro ganho para os servidores públicos foi o reconhecimento do direito à negociação coletiva de acordo com a Convenção OIT 151. Não podemos deixar de avaliar um dos pontos mais prejudiciais deste governo, que foi a reforma da previdência na qual os aposentados e pensionistas voltaram a contribuir para a previdência.

O GOVERNO LULA E SUAS CONTRADIÇÕES

- O Brasil, o governo Lula, os partidos que representam a população, precisam reafirmar suas posições estratégicas; apoiar as iniciativas do governo que colocam na Agenda Nacional bandeiras históricas dos trabalhadores(as) e denunciar aquelas que mantêm a lógica derrotista nas eleições presidenciais. Os(as) trabalhadores(as) devem se unir nesta Luta.

ELEIÇÕES 2010 – O QUE ESTÁ EM JOGO!

- *Os(as) trabalhadores(as) devem demonstrar à sociedade e à imprensa burguesa suas propostas. A disputa, inerente a sociedades democráticas, está latente. Distintos projetos se confrontam, e forças conservadoras se reorganizam. As forças progressistas e socialistas devem competir para definir o desenho do Mundo pós-crise e os partidos de esquerda, os movimentos sociais, devem realizar um amplo e qualificado debate sobre a crise e, principalmente, sobre as alternativas.*

A DISPUTA CONTINUA: CONSTRUINDO O PROJETO DEMOCRÁTICO-POPULAR COM HORIZONTE SOCIALISTA

- *Temos que disputar nosso Projeto: uma Reforma Tributá-*



TRIBO

Fasubra Sindical
UFRJ

ria, que desonere o trabalhador(a), que tribute as grandes fortunas; uma Reforma Agrária, que acabe de uma vez por todas, com o latifúndio no Brasil; Reforma Política, que moralize os partidos políticos; Reforma Urbana, que proporcione a todos o direito à moradia e ao emprego; Reforma Universitária, que garanta participação de todos com direito a cota social e o exercício da autonomia com democracia, acesso e políticas de permanência; Políticas de apoio à pequena e média empresa e a democratização da comunicação social.

AS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA E OS APOSENTADOS - A recorrente questão das reformas da previdência social tem causado muita indignação da classe trabalhadora, em particular do serviço público, em razão das sucessivas reformas (as Emendas Constitucionais 20/98, 41/03 e 47/05) terem retirados direitos e trazidos inúmeros prejuízos para os trabalhadores que se encontravam aposentados ou na iminência de se aposentar.

A FASUBRA Sindical e a CUT têm sido das entidades de âmbito nacional que mais têm investido na luta e no debate sobre estas reformas e as condições dos aposentados no tocante à reconquista e ampliação dos direitos da categoria.

O SINTUFRJ somará forças com a FASUBRA e a CUT pela mudança nas regras da previdência, resgatando os direitos dos aposentados. Atualmente, no congresso nacional, há 3 emendas constitucionais:

- **PEC 441/2005** - assegura a paridade aos aposentados e pensionistas, com doenças incapacitantes, estendendo-lhes os direitos constitucionais, com vigência a partir da EC 41/2003; garante a paridade plena às pensões derivadas de aposentados com base na EC 41 e disciplina o limite remuneratório para os agentes públicos dos 3 poderes e do Ministério Público.

- **PEC 555/2006** - revoga os efeitos nefastos da EC 41 e extingue a contribuição de 11% sobre o que exceder o teto do RGPS (aposentadorias e pensões), retroagindo seus efeitos a 01/01/2004.

- **PEC 270/2008** - que garante o retorno do direito à aposen-

tadoria por invalidez com proventos integrais.

ENERGIA É SOBERANIA, O PRÉ-SAL É NOSSO - As entidades sindicais devem pautar o debate acerca das discussões do novo marco regulatório para o setor petróleo no Brasil. As descobertas na área do pré-sal demandam o repensar das políticas e matrizes energéticas do país. A sociedade organizada e os trabalhadores(as) devem compreender este tema, com todo o seu valor agregado e o seu papel na soberania da Nação e na vida do Planeta. Deve ter uma ação protagonista neste debate, a partir das propostas defendidas pela CUT: Luta pela imediata suspensão de todos os leilões; o estabelecimento de um novo marco regulatório para o petróleo da camada pré-sal, que garanta ao Estado brasileiro e à Petrobras a exploração – o que inclui a condução do ritmo de extração das reservas, e a comercialização e distribuição; definição de políticas para fortalecimento e criação de cadeias produtivas de fornecedores de equipamentos e tecnologia para a Petrobras e de refino e industrialização do petróleo extraído; a criação de um fundo subordinado ao Estado brasileiro, com controle social, para gerir os recursos advindos do pré-sal e decidir seu destino, com prioridade para projetos de educação, saúde, pesquisa e tecnologia, infraestrutura, segurança e cultura.

ACORDO TEM QUE SER CUMPRIDO - A FASUBRA continua em estado de alerta permanente, vigilante em defesa do pactuado e acordado. A categoria está disposta ao enfrentamento, com GREVE, caso tenha seu Acordo ameaçado. Rumo ao PCU!!!

1.1.3 Sindical – Neste ponto temos que fazer uma avaliação: sobre o refluxo do movimento sindical; a firmeza da CUT na defesa dos trabalhadores; os movimentos sistemáticos e divisionistas no sentido de enfraquecer a nossa central. Além disso, queremos refletir em conjunto com toda categoria o que foi o nosso SINTUFRJ neste período de gestão proporcional em que nossa Diretoria ganhou as eleições com a diferença de um voto, mas na composição da Diretoria executiva com o abandono da gestão pela chapa do VAL a ocupação dos cargos foi igualmente dividida, ficando a TRIBO com 12 (doze) diretores e a CSD com 12 (doze) efetivos cada, o

que levou a muitos desgastes internos e impedimentos para encaminhar diversas lutas da categoria e mudanças de rotinas na gestão do sindicato extremamente necessárias.

POLÍTICAS SOCIAIS PARA MULHERES

Para as mulheres: nem mais nem menos que para os homens, Queremos igualdade de direitos, oportunidades e respeito às diferenças.

- O 10º CONSINTUFRJ deve construir resoluções que abordem a questão da Mulher Trabalhadora, mesmo sem o tema constar do temário geral do Congresso. É fundamental construirmos resoluções que possam subsidiar e qualificar a intervenção dos trabalhadores (as) técnico-administrativos em educação acerca do preconceito e discriminação presente no espectro social, para que possamos despertar o interesse, com a devida prioridade, que o tema requer.

Obs.: Em razão da reunião do coletivo para construir seu balanço de gestão e prestação de contas do mandato, estaremos apresentando no congresso um anexo complementar ao caderno de teses em que defenderemos um planejamento orçamentário que garanta o saneamento financeiro da entidade e ao mesmo tempo garanta a efetivação de todas as ações de lutas da nossa categoria.

1.1.4 REAFIRMAR O PROJETO DE EDUCAÇÃO COMPROMETIDO COM A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL - O 10º CONSINTUFRJ tem como desafio, para além da reafirmação do Projeto de Universidade Cidadã, construir um Plano de Lutas que dê visibilidade e prioridade em sua pauta reivindicatória à implementação da Autonomia com Democracia nas Universidades Brasileiras, e a ampliação das fontes de financiamento da educação.

A FASUBRA Sindical, após ter concluído o Projeto de Universidade Cidadã, concebido coletivamente, tem buscado sua legitimação junto à sociedade, transformando-o, de fato, em instrumento de luta contra a privatização do ensino superior, em defesa de sua democratização e universalização.

O diagnóstico da Educação Superior demonstra que o espaço político ocupado pela ciência, tecnologia e educação superior, ao lado das demais políticas

públicas, ainda tem muito a avançar para se constituir em um instrumento estratégico para o desenvolvimento com inclusão social e que possa apresentar alternativas anticíclicas ante as crises do sistema capitalista.

A instituição Universidade Pública deve atuar como instrumento questionador do sistema que induza à superação de paradigmas.

Autonomia Universitária - É necessário um repensar da Universidade, buscando a implementação de um modelo que proporcione o exercício da autonomia com democracia, articulado a instrumentos de avaliação que provoquem no ambiente universitário uma cultura avaliativa, com vistas à pertinência e qualidade social dessas Instituições e a mudança na forma de ingresso nas Universidades, superando o instrumento excludente do Vestibular.

A conjuntura exige do movimento sindical uma postura propositiva, desafiadora e combativa, pois a mesma cobrará de todos nós sabedoria para que possamos entender e perceber quais os momentos em que teremos que agir com força e postura radicalizadas e em que nossa capacidade de formulação e negociação deverá prevalecer.

DIRETRIZES DE PLANOS DE CARREIRA x ASCENSÃO FUNCIONAL

A instituição das DPC deve vir obrigatoriamente acompanhada do instituto da progressão (ascensão) funcional, instrumento que permite o desenvolvimento pleno do trabalhador em sua função pública. A ausência deste instituto tem feito prevalecer na administração pública a figura dos PCs (Planos de Cargos e Salários), que se prestam ao agrupamento de cargos e estabelecimento de suas respectivas tabelas salariais.

● Buscando recuperar este instrumento, a FASUBRA atuou junto ao parlamento revertendo o voto contrário do relator da PEC, à época, e ainda junto ao presidente da Câmara para inclusão na pauta de votação em plenário. Nesta jornada a CUT teve papel importante abrindo espaços no parlamento para nossa atuação. Sabendo da interface necessária entre modelos de estado, de gestão e diretrizes de planos de carreira e por se tratar de uma real transformação

TRIBO

**Fasubra Sindical
UFRJ**

PLANO DIRETOR DA UFRJ x ESPAÇO FÍSICO PARA O SINTUFRJ

— Queremos avaliar positivamente o esforço positivo desta reitoria na construção coletiva do Plano Diretor da UFRJ, pois tal iniciativa oportunizou a todo corpo social um grande processo de mobilização interna no sentido de refletir e planejar a UFRJ para os próximos anos. Neste caminho propositivo de refletir os espaços físicos dentro da Ilha do Fundão a Diretoria do SINTUFRJ pertencente a este coletivo cumpriu sua missão quando apresentou à Reitoria duas propostas fundamentais para nossa categoria: A CASA DO APOSENTADO – proposta aprovada pelos aposentados que reivindicaram a construção da casa dos aposentados nos moldes do Retiro dos Artistas para buscar a continuidade da vivência do aposentado na vida da Universidade - e o requerimento do espaço físico para o SINTUFRJ, através do processo nº 23079.012386/2010-02, para construção do CENTRO DE CONVIVÊNCIA DOS TRABALHADORES DA UFRJ, em que será possível a consolidação de uma área integrada que congregue as lutas da categoria com espaços para auditórios e salas de aula para formação política e ao mesmo tempo possa garantir a integração social e o lazer dos trabalhadores e seus familiares.

Estas propostas já foram sinalizadas pelo presidente do Comitê Gestor do Plano Diretor como viáveis e muito importantes para os traba-

lhadores da UFRJ e também com o aval do reitor, que disse apenas querer debater o local mais nobre para a categoria, visto que o espaço requerido é o antigo galpão do Metro-Rio, que fica ao lado do Alojamento. Desta forma cabe a toda categoria fortalecer a luta dentro do Plano Diretor para que estas duas bandeiras da categoria sejam implementadas e para isto estaremos defendendo que 10% de toda a receita mensal do sindicato seja destinada para realização deste projeto, pois já provamos que uma boa gestão administrativa do sindicato é possível, vide o pagamento do perito judicial na ação dos 3,17% em que a categoria não teve que desembolsar nenhum recurso além da sua contribuição sindical.

1.2 – Mudanças estatutárias no capítulo das eleições

— Este ponto de pauta do congresso é para ser refletido novamente com o conjunto da categoria sobre a necessidade de se continuar com o processo de gestão proporcional ou mudança para gestão majoritária. O coletivo da TRIBO defendeu nos últimos congressos que a gestão deveria ser majoritária, porém no 8º congresso, com uma diferença de 5 votos, retornou a proporcionalidade e no 9º congresso foi buscado um entendimento comum na mudança do estatuto para permitir que a categoria escolhesse nas urnas se o pleito seria proporcional ou majoritário. Assim o nosso estatuto estabeleceu que se houvesse participação de mais de duas cha-

pas, a que fizer 50% mais um voto seria eleita com todos os diretores. Entretanto muitos da categoria ainda não entenderam o objetivo dos dispositivos estatutários e nós queremos discutir com toda categoria qual deva ser o melhor caminho para garantir a expressão da maioria da categoria, pois já tivemos uma consulta plebiscitária na eleição para representação dos órgãos colegiados em que a categoria definiu que uma das chapas concorrentes fosse eleita de forma majoritária. Lamentavelmente o pessoal da CSD/BASE foi vitorioso neste pleito, mas desconsiderou esta opção da categoria quando da definição no 8º congresso.

Faremos ainda uma reflexão com a categoria acerca do tempo de mandato da diretoria e a limitação dos diretores sobre as reeleições, pois entendemos que o limitador é extremamente positivo para oxigenar o movimento com novas lideranças, porém pode ser um grande problema se a oxigenação não acontecer e se acontecer na sua totalidade em que não teremos a experiência positiva na administração da gestão. Portanto, será uma reflexão de alteração para contemplar uma adequação que garanta a oxigenação e ao mesmo tempo a preocupação com a manutenção do funcionamento da máquina sindical.

1.3 – Discussão estatutária no título das eleições conforme deliberação da assembleia

— Caberá ao congresso definir as próximas eleições

do SINTUFRJ. É importante destacar que este ponto de pauta no congresso foi defendido pela TRIBO, pois de forma irresponsável os diretores da CSD saíram mobilizando a categoria com questões infundadas e levianas para arregimentar um abaixo-assinado que não atende aos dispositivos estatutários. Além disso, ficou evidente que os Diretores da CSD defendiam a realização das eleições de imediato pelo simples fato de quererem escamotear o processo de apuração da auditoria externa e permitir que possíveis envolvidos no desvio de recursos da entidade sejam candidatos ao processo eleitoral, já que tiveram a capacidade de defender que os funcionários que comprovadamente estão envolvidos neste desvio permanecessem nos quadros da entidade. Felizmente os presentes à assembleia do dia 25/03/2010 entenderam as razões do nosso argumento e permitiram que coubesse ao congresso definir quando deverá ser o pleito eleitoral do SINTUFRJ, pois, muito mais do que eles desejamos realizar as eleições, porém defendemos que sejam eleições limpas. Portanto, defenderemos no congresso que as eleições do sindicato só aconteçam posteriormente ao relatório da auditoria externa, pois, se defendemos que nas eleições majoritárias do país nenhum candidato com problemas de conduta ética e/ou processo judicial devam participar das eleições, por coerência este princípio deve ser aplicado também aos sindicatos.

NOSSO PLANO DE LUTAS

- Avançar no projeto de Construção do CENTRO DE CONVIVÊNCIA DOS TRABALHADORES da UFRJ;
- Total transparência em todas as gestões da Diretoria do SINTUFRJ;
- Não às Fundações Estatais e amplo debate democrático da implementação do COMPLEXO HOSPITALAR;
- Não ao congelamento dos salários - PLP549;
- Paridade entre ativos e aposentados em todos os sentidos;
- Pela mudança da Lei para garantir o reposicionamento dos aposentados e aposentandos;
- Discussão do orçamento participativo do SINTUFRJ que garanta o pleno desenvolvimento de todas as coordenações;
- Paridade em todos os órgãos colegiados;
- Pelo fim da lista triplíce com eleições dos dirigentes com início, meio e fim;
- Fim das contratações precárias e terceirizados;
- Não às extinções dos cargos da nossa carreira – PCCTAE;
- Manutenção da luta pela ascensão funcional;
- Implementação do plano de desenvolvimento da UFRJ com referência ao PCCTAE;
- Discussão com implantação a curto e médio prazo das cotas sociais, com apoio e estrutura aos cotistas;
- Não ao imposto sindical;
- Ampliação do espaço da Creche com infraestrutura para atender a comunidade;
- Estruturação da CIS para que possa exercer com dignidade suas funções, como merece a categoria.



10º CON **Sintufrj** FASUBRA CUT

DÉCIMO CONGRESSO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - DE 8 A 10 DE JUNHO DE 2010